

Violência contra as mulheres e Teoria das Representações Sociais: revisão integrativa

La violencia contra las mujeres y Teoría e de Las Representaciones Sociales: revisión integrativa

Violence against women and Social Representations Theory: integrative review

Maria Luiza Leal Pacheco

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria - RS/Brasil

ORCID: 0000-0002-5875-5778

E-mail: malulp21@gmail.com

Adriane Rubio Roso

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria - RS/Brasil

ORCID: 0000-0001-7471-133X

E-mail: adriane.roso@ufsm.br

Janine Gudolle de Souza

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria - RS/Brasil

ORCID: 0000-0002-6477-4190

E-mail: gudolle.janine@gmail.com

Ana Flavia Souza

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria - RS/Brasil

ORCID: 0000-0002-0242-0119

E-mail: anaflavsou@gmail.com

Resumo

A violência contra as mulheres é um fenômeno complexo e multicausal e seu combate vem sendo pauta do movimento feminista há pelo menos três décadas. A violência tem sido correlacionada com as maneiras como as mulheres são representadas socialmente. Uma das teorias que tem contribuído nesta direção é a Teoria das Representações Sociais (TRS). O objetivo deste artigo é compreender como a TRS está sendo articulada para o entendimento acerca de situações que envolvem violência contra as mulheres. Especificamente, o propósito foi identificar como as relações de poder/opressão são registradas nos estudos analisados de modo a entender as violências. A pergunta central que move este estudo é como certas representações sociais podem estar contribuindo para o engendramento da violência contra as mulheres. Foi realizada uma revisão integrativa, pesquisando o Portal de Periódicos da CAPES e a Biblioteca Científica Online Scielo. Após os critérios de inclusão e exclusão, foram analisados 21 artigos. Os resultados obtidos mostram que todos os artigos realizaram pesquisa qualitativa e a maioria foi publicada entre 2015 e 2018. A área de estudo dos artigos é majoritariamente da Enfermagem. O autor mais citado foi Serge Moscovici, seguido de Celso Pereira de Sá e Jean Claude Abric. Conclui-se que, apesar da teoria ser citada nos artigos, em muitos casos, o desenvolvimento das análises não aproveitam os constructos da teoria no seu potencial.

Palavras-chaves: Violência; Mulheres; Representações Sociais; Poder/Opressão.

Resumen

La violencia contra las mujeres es un fenómeno complejo y multicausal y combatirla ha sido el foco del movimiento feminista durante al menos tres décadas. La

violencia se ha correlacionado con las formas en que las mujeres están representadas socialmente. Una de las teorías que ha contribuido en este sentido es la Teoría de las Representaciones Sociales (TRS). El propósito de

este artículo es comprender cómo se está articulando la TRS para la comprensión de situaciones que involucran violencia contra las mujeres. Específicamente, el propósito es identificar cómo se registran las relaciones de poder/opresión en los estudios analizados para comprender las violencias. La pregunta central que impulsa este estudio es cómo determinadas representaciones sociales pueden estar contribuyendo a generar violencia contra las mujeres. Se realizó una revisión integradora, buscando en el Portal de Revistas CAPES y en la Biblioteca Científica en Línea Scielo. Tras los criterios de inclusión y exclusión, se analizaron 21 artículos. Los resultados obtenidos muestran que todos los artículos realizaron investigación cualitativa, la mayoría de los artículos fueron publicados entre 2015 y 2018. El área de estudio de los artículos es en su mayoría Enfermería. El autor más citado fue Serge Moscovici, seguido de Celso Pereira de Sá y Jean Claude Abric. Se concluye que, a pesar de que la teoría se cita en los artículos, en muchos casos, el desarrollo de los análisis no aprovecha los constructos de la teoría en todo su potencial.

Palabras clave: Violencia; Mujer; Representaciones sociales; Poder/Opresión.

Abstract

Violence against women is a complex and multi-causal phenomenon and combating it has been the focus of the

feminist movement for at least three decades. Violence has been correlated with the ways in which women are socially represented. One of the theories that has contributed to this matter is the Theory of Social Representations (TSR). The purpose of this article is to understand how TSR is being articulated for the understanding of situations that involve violence against women. Specifically, the purpose is to identify how power/oppression relations are registered in the studies analyzed in order to understand the violence. The central question that drives this study is how certain social representations may be contributing to the engendering of violence against women. An integrative review was carried out, searching the CAPES Journal Portal and the Scielo Scientific Online Library. After the inclusion and exclusion criteria, 21 articles were analyzed. The results obtained show that all articles carried out qualitative research, most articles were published between 2015 and 2018. The area of study of the articles is mostly Nursing. The most cited author was Serge Moscovici, followed by Celso Pereira de Sá and Jean Claude Abric. It is concluded that despite the theory being cited in the articles, in many cases, the development of analyzes does not take advantage of the theory's constructs to their fullest potential.

Keywords: Violence; Women; Social Representations; Power/Oppression.

Introdução

A violência contra as mulheres (VCM) pode ser entendida como toda a forma de ruptura da integridade física, psíquica, sexual e moral de alguma pessoa (Saffioti, 2004). Podemos considerar a violência contra as mulheres como um ato que viola os direitos humanos. Trata-se de um crime, de acordo com a Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. Tal Lei retrata esse fenômeno como um tipo de violência de gênero que compreende atos que podem causar morte, lesão, dor física, psicológica, dano moral ou patrimonial atribuída à mulher independentemente de sua orientação sexual, incluindo mulheres trans (Brasil, 2006).

O combate à violência contra as mulheres vem sendo pauta do movimento feminista desde os anos 1980 no Brasil,

conforme aponta Pinto (2010). No campo acadêmico, destacam-se as pesquisadoras feministas e dos Estudos de Gênero, as quais vêm se dedicando a pensar teórica e empiricamente sobre tal problemática levando em conta as relações de poder, de dominação e de opressão. Consiste, portanto, em uma questão de gênero – um marcador social que, segundo Connell (2016), está “embrenhado nas mutantes estruturas de poder e reviravoltas econômicas, no movimento das populações... nos lapsos do neoliberalismo, nos efeitos institucionais” (p. 33) dos diversos inter-relacionados sistemas sociais.

O poder que perpassa a sociedade, a vida cotidiana, muitas vezes não é percebido, mas está presente na vida social. Todas as pessoas têm poder, estando ligado ao desejo e ao saber. O poder só existe nas relações e quando é compreendido desta forma é

necessário levar em conta que há um outro nessa relação (Guareschi, 2005). Ou seja, as relações mantêm e (trans)formam as diferentes formas de poderes, produzindo transformações nestas mesmas relações. Todavia, ao mesmo tempo, persistem relações de dominação - quando alguém ou grupo de pessoas oprime certos grupos sociais, gerando injustiças sociais/econômicas e sofrimento psíquico.

Uma das teorias utilizadas por feministas que tem contribuído, ainda modestamente, nesta reflexão é a Teoria das Representações Sociais (TRS) - uma teoria crítica que, diferentemente das teorias feministas, não teve vocação, inicialmente, à ação e à crítica da modernidade (Arruda, 2002), mas que, com o passar do tempo, foi trazendo a questão das relações de poder para seu escopo de análise (e.g., Autora, 2014; Howart, 2006). Como concluiu Arruda (2002), ambas as “teorias oferecem um bom instrumental para a compreensão do ser humano na sua complexidade e abrem portas para avançarmos na caminhada para futuras angulações” (2002, p. 144).

No presente artigo, objetiva-se compreender como a TRS está sendo articulada para o entendimento acerca de situações que envolvem violência contra as mulheres. Especificamente, interessa identificar como as relações de poder/opressão são registradas nos estudos analisados de modo a entender as violências. A pergunta central que move este estudo é como certas representações sociais podem estar contribuindo para o engendramento da violência contra as mulheres. Ao buscar-se identificar elementos que compõem o desenvolvimento dos estudos, tais como participantes envolvidos/as, a área dos/as pesquisadores/as, autores/as da TRS, delineamentos, instrumentos preponderantes e os resultados tem-se como meta salientar o potencial teórico e metodológico da TRS no que concerne à VCM e validá-la como uma teoria importante no campo dos Estudos Feministas e de Gênero.

Inicialmente, apresenta-se a Teoria das Representações Sociais, de modo sintético. A ideia é apresentar alguns constructos teóricos fundantes que servirão de fio condutor para pensar os estudos analisados. Após a descrição dos procedimentos metodológicos, apresentamos os resultados da pesquisa em três etapas: Etapa 1 - Levantamento e organização das informações, Etapa 2 - Características Gerais dos Estudos e Etapa 3 - Síntese dos Resultados. Ao final, apresentamos a Discussão/Interpretação do conjunto dos resultados.

A Teoria das Representações Sociais – Alguns Apontamentos

A TRS foi inaugurada por um psicólogo social romeno, Serge Moscovici, a partir da divulgação de sua tese de doutorado “Psicanálise, sua imagem e seu público” (1961/2008). Constitui-se como uma teoria revolucionária e polêmica à medida em que questionava a psicologia tradicional hegemônica positivista. Focou sua atenção na construção do conhecimento como um processo resultante das inter-relações entre sujeito, alter e mundo. Entendemos que a TRS pode ser um suporte teórico fundamental para compreender a problemática da VCM, uma vez que serve como uma das bases para entender como o sofrimento está sendo representado pelas mulheres e quais as estratégias psíquicas e sociais que as fazem agir de determinadas maneiras, pois podem contribuir para ações que visem romper com o ciclo da violência ou mantê-lo. As representações sociais podem delinear caminhos para a reflexão diante dos entraves que um cenário como esse envolve na vida das protagonistas e contribuir para pensar nas formas como todos os coadjuvantes (familiares) e figurantes (profissionais da saúde e assistência social) estão implicados. Desse modo, torna-se fundamental procurar conexões que possam auxiliar nos (des)caminhos do sofrimento e na (re)significação das vivências.

O conceito das Representações Sociais é dinâmico, descritivo e explicativo, tanto da

realidade social, como física e cultural, possuindo uma dimensão histórica e transformadora. O conceito de RS corresponde à forma como as representações sociais são delineadas, como elas se constituem, quais os efeitos dessas representações, por isso é um conceito gerador, relacional, amplo, político, ideológico e, devido a tudo isso, social (Guareschi, 1996). “Toda representação social tem implicações éticas, em termos do que pode ou o que deve, e o que não pode ou não deve ser feito em determinadas situações, diante de determinados objetivos” (Campos, 2021, p. 125).

As RS têm como finalidade tornar familiar o que não é familiar, nos auxiliando nesse caminho. Para isso, existem dois processos geradores de RS, de acordo com os estudos de Moscovici, a ancoragem e a objetificação. A ancoragem visa classificar, enraizar a representação e seu objeto em uma rede de significados, dando sentido aos mesmos, até então não familiar. Através da ancoragem, a representação começa a ser incorporada no social. Já a objetificação busca naturalizar, tornar palpável tal representação que foi ancorada, visando torná-la familiar (Jodelet, 2001; Campos, 2017). “O processo de ancoragem é ativado nas situações novas, estranhas e provocadoras (ameaçadoras)” (Campos, 2017, p. 781). Assim, quando o novo é incorporado a sistemas já existentes ele sofre modificações, da mesma forma que ele exerce seu poder, efeitos de significações, alterando os sistemas anteriores. Os dois processos (ancoragem e objetificação) contribuem em como os sujeitos lidam com a representação, com o conhecimento gerado. São processos que contribuem para a articulação de novos conhecimentos à realidade simbólica já existente, tal realidade é dinâmica e vai se transformando (Campos, 2017; 2021).

Ancorar significa atualizar os componentes que formam a representação. A ancoragem une o novo com o já existente, fornece significados, sendo estes as representações sociais. Uma antiga

representação atualiza-se com a chegada de um novo objeto de representação, após isso, o novo objeto se acomoda aos antigos pré-existentes no repertório (Arruda, 2018a/2018b). Raramente os sujeitos irão se ancorar a uma única representação e se deparar com um objeto isolado para identificar, avaliar e agir diante de determinada situação (Campos, 2021). Sendo assim, “a ancoragem é um processo contínuo, permanente” (Campos, 2017, p. 778) contribuindo para que as representações sejam dinâmicas.

Essa dinamicidade é marca da TRS, mesmo quando é possível identificar certa estabilidade na representação. Quando isso acontece, referimos à forma de representações sociais hegemônicas. Estas, de acordo com Jesuino (2021), são aquelas que mais se aproximam das representações coletivas de Durkheim. Além dessa forma, existem as representações sociais emancipadas e polêmicas, que se relacionam aos processos de diferenciação social, sendo a primeira conduzida por complementariedades e a segunda por conflitos intergrupais.

Outro aspecto que devemos levar em consideração é o de ideologia, Moscovici (2015) aponta que as ideologias estão presentes nos discursos e são compartilhadas. Além disso, Guareschi (2000) diz que as ideologias fazem parte da construção das RS. A ideologia existe desde que se começou a pensar na vida social. A “ideologia trabalha no sentido de produzir, reproduzir e transformar subjetividades” (Guareschi, 2000, p. 45). Ela perpassa e penetra toda realidade social, está estritamente envolvida nos estudos de Psicologia Social. Deve-se considerar que a construção de ideologias não necessariamente é um processo neutro e/ou positivo, ao contrário, muitas vezes, “as estratégias ideológicas são uma poderosa arma na escravização de nossa consciência, impossibilitando que vejamos a luz e que caminhemos para a libertação” (Guareschi, 2005, p. 81).

Dentre as estratégias ideológicas, encontra-se a naturalização das representações sociais, isto é, quando certos grupos sociais tornam uma representação social um fenômeno natural, como se fizesse parte da constituição da sociedade, da humanidade. Exemplo de naturalização são as representações hegemônicas da maternidade, expressas em ditados populares, tal como “ser mãe é padecer no paraíso” ou “toda mulher já nasce mãe”.

Os constructos teóricos sintetizados até aqui – representações sociais hegemônicas, emancipadas e polêmicas; ancoragem; objetificação; ideologia; naturalização – são fundamentais às análises nas pesquisas em representações sociais. É preciso contar com métodos que possibilitem nos aproximarmos desses constructos. Nesse sentido, sugere-se que, nas pesquisas que utilizam a TRS, a primeira etapa para o início de uma investigação consista em compreender o objeto de estudo, se é um objeto de representação social, levando em consideração que nem todo objeto ou fenômeno é suscetível para emergir uma representação social. Existem algumas características que deve-se levar em conta na configuração de um objeto de representação social, são elas: ser um objeto social, estar presente nas conversações cotidianas, circular nos meios sociais e apoiar-se em valores variáveis segundo os diferentes grupos sociais (Gutiérrez-Vidrio, 2019).

As análises dos objetos de representação têm sido realizadas a partir de diferentes vertentes, como: (a) estrutural (e.g., Jean Claude Abric), (b) societal (e.g., Willem Doise), (c) cultural ou antropológica (e.g., Denise Jodelet), (d) narrativa (e.g., Sandra Jovchelovitch), (d) dialógica (e.g., Ivana Marková, Pedrinho Guareschi) e (e) modelizante.

A vertente estrutural foi criada para entender a estrutura da representação social, nominando sua teoria como a Teoria do Núcleo Central. A societal leva em conta as dinâmicas sociais, como as interações, posicionamentos,

valores e crenças dos sujeitos e grupos. A abordagem cultural ou antropológica articula as dimensões sociais e culturais, se preocupa com as interações sujeito e social, buscando compreender as representações sociais que se constroem nessa interação (Nogueira & Grillo, 2020). A vertente narrativa estuda as atividades narrativas, discursivas, textuais ou conversacionais, tendendo a valorizar ora as construções identitárias, ora as relações com a esfera pública e ora os padrões de comportamento coletivo (de Rosa, 2014). A vertente dialógica defende a “Interdependência dinâmica a Ego-Alter, assimetrias dialógicas e tensão de oposições; conhecimento social compartilhado implícito, heteroglossia no pensamento e linguagem” (de Rosa, 2014, p. 494). Mais recentemente, surge nova classificação, a vertente modelizante, que, segundo de Rosa (2014) se baseia

na articulação-diferenciação de diversos constructos (atitudes, opiniões, imagens, identidade multidimensional, memória social, emoções, mitos...) justificados sob a base da sua compatibilidade epistêmica e modelizados por meio de vários métodos (...), e também segundo hipóteses concernentes à interação entre resultados esperados, técnicas (...) e estratégias de análise. (p. 501)

Ainda que todas se sustentem originariamente na Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici, nem sempre é nítida as fronteiras entre uma abordagem e outra. Pensamos que a vertente estrutural é a que menos dialoga com as demais por tender a focar mais na estrutura da representação, enquanto as outras vertentes observam mais a plasticidade da representação. De todos os modos, é importante que os/as pesquisadores/as assinalem sua posição de modo a deixar mais claro seus pressupostos epistemológicos e ontológicos e o percurso metodológico em suas pesquisas.

Método

Trata-se de uma revisão integrativa, que consiste em uma revisão ampliada de um conjunto de materiais científicos produzidos, que podem ser teses, artigos, “grey literature”, coleções bibliográficas, entre outros. Sua importância reside em propiciar um panorama geral e crítico sobre a temática-foco, servindo como um ponto de partida importante para futuros estudos. Inclusive, Christmals e Gross (2017) consideram essencial a condução integrativa de revisões para uso por estudantes da pós-graduação. Em uma revisão integrativa a qualidade dos estudos é avaliada, é realizado a interpretação e posterior síntese dos estudos individualmente, para poder responder às perguntas levantadas e compartilhar novos conhecimentos referentes à temática (Oermann, 2020). Por meio de uma busca sistemática e análise temática, se constrói uma crítica objetiva, se sumariza e se tiram conclusões (Christmals & Gross, 2017).

Entendemos que a revisão integrativa é um método que possibilita acessar os conteúdos de pesquisas de diferentes abordagens teóricas e que visa integrar esses resultados, de modo que o produto integrativo facilite a compreensão do fenômeno em foco. Todavia, na presente proposta de revisão, optamos por fazer um recorte teórico, que é o da TRS, haja vista que as representações sociais são fundantes das práticas sociais; isto é, as violências são efetuadas e persistem em decorrência do modo como se representam as mulheres, as feminilidades, as masculinidades. Assim, por meio de uma revisão integrativa focada na TRS, poderemos “não só compreender os problemas que enfrentamos, mas também transformá-los” (Autora, 2014, p. 38).

A revisão integrativa compreende diferentes etapas e podem variar conforme os estudiosos dessa modalidade de revisão. A partir de um compilado de propostas de revisão (Mendes, Silveira, & Galvão, 2008; Oermann, 2020; Autoras [retirado para garantir parecer às cegas], 2020), elencou-se as seguintes etapas: (1) levantamento e organização dos dados: identificação do tema, do propósito ou da(s) questão(ões) e busca e seleção a partir do estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão específicos; (2) identificação de características gerais dos estudos selecionados, de acordo com os objetivos da pesquisa; (3) Síntese dos artigos, criando-se categorias de análise; (4) Discussão/Interpretação do conjunto dos resultados, apresentando uma síntese do conhecimento e avaliando a qualidade dos estudos.

Resultados

Etapa 1 - Levantamento e organização das informações

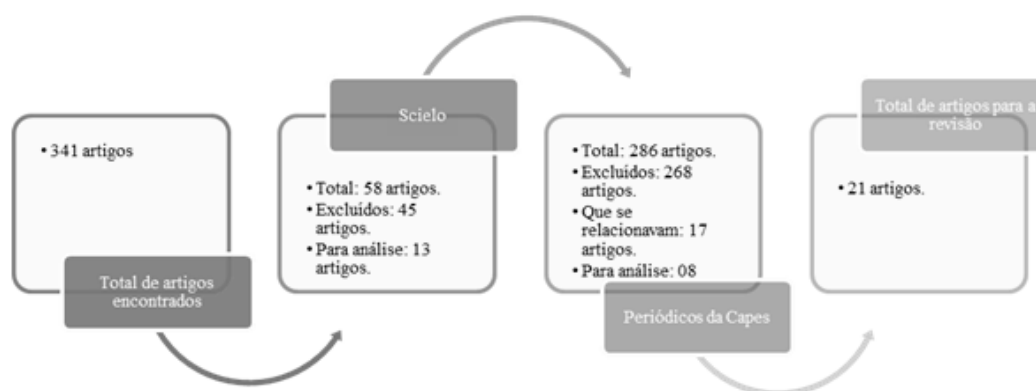
Após identificar o tema e elaborar a questão de pesquisa, foi realizada a busca (etapa 1) com o descritor “violência contra a mulher” AND “representações sociais” e “violência de gênero” AND “representações sociais” nas bases de dados Scielo e Portal de Periódicos da CAPES. Uma primeira busca ocorreu no mês de janeiro de 2021 e em setembro de 2021 foi realizada outra busca a fim de incluir artigos do referido ano, no entanto nenhum artigo novo foi encontrado. Os critérios utilizados para busca foram: artigos revisados por pares; em português, inglês e espanhol; publicado entre 2010 e 2021. Como critério de exclusão, foi estabelecido: natureza não-empírica (artigo de revisão, comentários, editoriais, reportagens, etc.); duplicados; repetidos; indisponíveis; ser da área do Direito¹; não utilizar a TRS; retratar outros

¹Pois focavam no funcionamento da Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006).

tipos de violência, como em relação a crianças e aos adolescentes; só especificar um tipo de violência contra as mulheres, como a violência sexual.

Na base de dados Scielo, foram encontrados 58 resultados, a partir da leitura dos títulos e resumos para verificar a pertinência e aplicarmos os critérios de exclusão. Após leitura prévia, 13 artigos foram selecionados, os quais discutiam a violência contra as mulheres e citavam a TRS. Buscou-se pensar a violência como um todo e quais tipos eram mais frequentes nesse cenário. No Portal

de Periódicos da Capes, foram encontrados 286 resultados, destes 18 artigos se relacionavam ao assunto, sendo que 10 já faziam parte do *corpus* de análise, assim 8 artigos foram adicionados. Dessa forma, fizeram parte da análise 21 artigos. Para melhor compreensão do processo de seleção criou-se o fluxograma 1 e a lista dos artigos selecionados (quadro 1), os quais foram numerados por ordem alfabética segundo o sobrenome do/a primeiro/a autor/a.



Fluxograma 1: Processo de seleção dos artigos.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

1. Acosta, Gomes, Oliveira, Marques & Fonseca (2018)	8. Madureira, Mantovani, Silva, Souza, Ferraz & Raimondo (2020)	15. Ribeiro & Coutinho (2011)
2. Costa, Lopes & Soares (2014)	9. Moura, Lefevre & Moura (2012)	16. Rodrigues, Machado, Santos, Santos & Diniz (2016)
3. Cruz, Espíndula & Trindade (2017)	10. Nóbrega, Pessoa Júnior, Nascimento & Miranda (2019)	17. Rodrigues, Rodrigues, Lira, Couto & Diniz (2016)
4. Fonseca, Ribeiro & Leal (2012)	11. Oliveira Gomes, Silva, Oliveira, Acosta & Amarijo (2015)	18. Santos, Oliveira, Viegas, Ramos, Policarpo & Silveira (2018)
5. Gomes, Diniz, Reis & Erdmann (2015)	12. Palhoni, Amaral & Penna (2014)	19. Silva, Gomes, Oliveira, Marques, Fonseca & Martins (2015)
6. Hirt, Costa, Arboit, Leite, Hesler & Silva (2017)	13. Procópio, Feliciano, Silva & Katz (2014)	20. Souza & Sabini (2015)
7. Leal, Lopes & Gaspar (2011)	14. Rezende & Silva (2018)	21. Varela, Oliveira, Freire, Ferreira, Santos, Díaz-Bermúdez & Shimizu (2012)

Quadro 1: Autoria dos artigos selecionados

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Etapa 2 - Características Gerais dos Estudos

Para descrever as características gerais dos estudos, optamos por utilizar a numeração do Quadro 1, buscando otimizar a leitura do texto. Assim, considerando-se os anos de publicação dos estudos selecionados (2010-2020), não se obteve artigos nos anos de 2010 e 2013, encontramos 1 artigo nos anos de 2019 (10), 2 artigos em 2011, 2012, 2016, 2017 e 2020 (3; 4; 6; 7; 8; 9; 15; 16; 17; 21), 3 artigos em cada ano de 2014, 2018 (1; 2; 12; 13; 14; 18) e encontramos maior publicação de artigos sobre a temática no ano de 2015, com 4 artigos (5; 11; 19; 20).

No que se refere às áreas de atuação das/os primeiras/os autoras/es dos artigos, percebemos que os estudos têm maior produção na área da Enfermagem (n = 15), seguido da Psicologia (n = 5) e da Saúde Coletiva (n = 1). Acerca do delineamento dos estudos, foi possível verificar que todos os artigos analisados realizaram pesquisa qualitativa. A técnica para levantamento dos dados e construção das informações, majoritariamente,

foi entrevista semiestruturada (1; 3; 4; 6; 11; 13; 14; 15; 16; 17; 20; 21). Outras técnicas foram: associação livre de palavras (1; 2; 3; 11; 12; 16; 19), entrevista narrativa (5; 9; 10; 19), etnografia e diário de campo (21), grupos focais (18), técnicas projetivas (6) e questionário (7).

No que se refere ao local de realização das pesquisas, encontramos Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, Portugal (7), Delegacia Especializada da Mulher (4; 15; 20), domicílio das entrevistadas (5; 6; 9; 16; 17), instituições (10; 21), entrevistas na cidade (2; 21), Unidade Básica de Saúde (11; 12; 16; 17; 18; 19), Serviço de Apoio à Mulher em Hospital (13), na escola (14), Hospital (1), no local de trabalho dos participantes (3). Os/as participantes dos estudos analisados foram, na maioria, mulheres em situação de violência (4; 5; 9; 10; 13; 15; 20), seguido de profissionais da saúde (1; 2; 3; 7; 11; 18; 19), representações de mulheres sobre a violência (6; 12; 21), familiares de mulheres em situação de violência (16; 17) e adolescentes (14).

Sobre os autores citados da TRS, somente um artigo (6) não citou o autor Serge

Moscovici. Do contexto europeu, os autores clássicos das vertentes que apresentamos anteriormente citados foram: Abric (1; 2; 12; 19), Denise Jodelet (9; 18; 19; 21), Sandra Jovchelovitch (16; 17). Do contexto brasileiro, os autores que se destacaram foram Celso Pereira de Sá (2; 7; 12; 19), Angela Arruda (6; 7; 16), Angela Almeida (3; 16) e Mary Jane Spink (2; 15).

Para finalizar, observamos que enquanto a maioria dos artigos trabalha com o constructo ancoragem (1; 2; 3; 6; 10; 14; 15; 16; 17), naturalização (2; 3; 6; 7; 12; 18) e a objetificação (2; 3; 4; 14; 15; 16) a minoria recorre à ideologia (6). Os demais artigos (5; 8; 9; 11; 13; 19; 20; 21) até citam os constructos, porém não os relacionam com os dados encontrados. Os constructos e sua utilização foram detalhados no quadro 2 e na figura 1.

Artigo	Ancoragem	Objetificação	Naturalização	Ideologia
1	SIM	NÃO	SIM	SIM
2	SIM	SIM	SIM	NÃO
3	SIM	SIM	SIM	NÃO
4	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
5	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
6	SIM	NÃO	SIM	SIM
7	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
8	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
9	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
10	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
11	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
12	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
13	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
14	SIM	SIM	NÃO	NÃO
15	SIM	SIM	NÃO	NÃO
16	SIM	SIM	NÃO	NÃO
17	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
18	NÃO	NÃO	SIM	SIM
19	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
20	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
21	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Quadro 2: Presença de Constructos Analíticos da TRS nos artigos

Fonte: Elaborado pelas autoras.

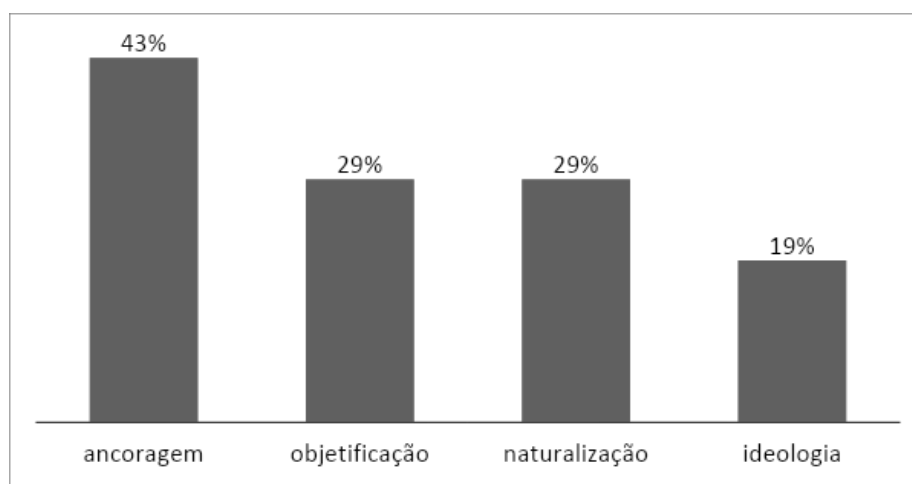


Figura 1: Percentual de Constructos Analíticos da TRS nos artigos

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Etapa 3 – Síntese dos Resultados

Levando em consideração o público e o tipo de violência observado nos estudos analisados, criou-se três categorias temáticas: violências e suas causas; representações sociais de masculinidades e feminilidades e estratégias de enfrentamento.

Violências e suas causas

No estudo de Fonseca, Ribeiro e Leal (2012), a violência foi vista pelas mulheres como associada a sentimentos de tristeza, medo, preocupação, impotência, vergonha e culpa. Além disso, as mulheres consideram que a violência interfere no relacionamento do casal e na convivência familiar. Observou-se que os sentimentos ligados às representações da violência são negativos e depreciativos, sendo a violência emocional e a psicológica as mais encontradas. Resultado semelhante foi encontrado por Leal, Lopes e Gaspar (2011), estudo em que as palavras associadas à violência contra a mulher foram dor, agressão física, agressão psicológica, violação, sofrimento e agressão. Além disso, as enfermeiras entrevistadas na referida pesquisa não consideraram a violência nem uma questão de polícia, nem de saúde pública, mas um

problema de ordem social que envolve educação, família, leis e ajuda social.

A falta de suporte familiar é considerada por essas mulheres, na percepção dos profissionais de saúde, como desamparo e ruptura, o que pode contribuir para a manutenção da relação abusiva (Silva et al., 2015). Souza e Sabini (2015) apontam que, para as mulheres entrevistadas em sua pesquisa, o parceiro é visto como alguém que preenche um espaço de solidão, sendo preferível estar com uma pessoa que agride do que entrar em contato com esse sentimento de solidão. Acreditam que o modo violento do parceiro pode cessar. Consideram a renúncia da agressão como um ato de amor e a religião contribui para a continuidade dessas relações violentas, uma vez que “os valores cristãos reiteram o papel da mulher como sujeito capaz de tolerar e suportar, já que aquele que ama, perdoa” (Souza & Sabini, 2015, p. 172). As representações sociais sobre amor eram marcadas pelo medo de duas formas. A primeira diz respeito ao medo de sofrer violência, a segunda diz respeito ao medo de deixar seu companheiro que a agride. Observou-se que a retroalimentação do medo contribuía para a ampliação das situações violentas (Souza & Sabini, 2015).

Moura, Lefevre e Moura (2012) referem que a violência conjugal é uma espécie de aprisionamento do sujeito, simbolicamente, o parceiro mesmo com o término está sempre presente, há uma sensação de monitoramento constante, pois se trata de relações assimétricas de gênero. As entrevistas nesta pesquisa associam as substâncias psicoativas em um lugar indireto, pois entendem que os corpos a serem “disciplinados” e obedientes são o que regem as relações de violência. O sofrimento psíquico em situações dessa natureza tem um efeito cumulativo que pode desenvolver doenças psicossomáticas, sendo a depressão uma das desorganizações psíquicas mais marcantes. A violência tem uma ampla gama de sintomas como autodepreciação, desvalor, sentimentos de medo, impotência e culpa. Sentem-se culpadas pelo fato de o imaginário de um casamento feliz não ter correspondido à fantasia. Algumas mulheres simbolizam a imagem de um casamento perfeito sem agressões e depositam muita expectativa na mudança das atitudes do agressor (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012).

No estudo de Hirt et al. (2017), com idosas moradoras de área rural, foi possível identificar três categorias para análise, sendo elas: violência ancorada em atos extremos de agressão corporal e distante do contexto rural; violência ancorada na dominação masculina e na cultura de gênero e violência ancorada no contexto de vida e trabalho. Os dados da pesquisa revelam a representação da violência contra as mulheres ancorada na dimensão social, em que esta acontece diariamente. Mas ao não ser compreendida como uma violência passa a ser banalizada e naturalizada pelas idosas, haja vista que tal evento se mostra como um fenômeno corriqueiro, introjetado ao seu cotidiano e que passa muitas vezes despercebido. Ainda, a violência é ancorada em atos extremos, relacionada à morte e ao estupro e sua ocorrência enquanto fenômeno próprio do mundo urbano, não sendo visualizada no contexto diário das mulheres idosas residentes no meio rural. Embora, por um lado, as idosas

identifiquem a violência como distante de seu contexto e sua vivência, as representações igualmente mostram a violência como presente em suas relações, sendo as mesmas vulneráveis à dominação e à subordinação de seus companheiros, não podendo questionar e impor seus anseios (Hirt et al., 2017).

No que se refere ao contexto da saúde, Silva et al. (2015) entenderam que as redes de saúde não têm cumprido seu papel de amparar, identificar a violência e dar suporte às mulheres que recorrem aos serviços. Contribuindo com tal discussão, o estudo de Leal, Lopes e Gaspar (2011) aborda a ineficácia dos serviços de saúde, pois os profissionais reduzem as queixas das mulheres aos sintomas físicos e não observam o que está latente nas suas falas. A pesquisa mostra que os profissionais, na maior parte das situações, não conseguem escutar esse tipo de demanda, banalizando a situação ou até culpabilizando as mulheres por estarem em conjunturas como essas. Os serviços de saúde precisam ser melhor instrumentalizados não só para identificar agravos físicos relacionados à VCM, mas também os psicológicos, sendo necessário buscar profissionais mais preparados para escutar a paciente em sua integralidade e não limitados a marcas físicas e à medicalização dos corpos.

Em estudo realizado com enfermeiras em dois hospitais em Rio Grande, no Rio Grande do Sul, através da associação livre da palavra “violência doméstica contra a mulher”, observou-se que as participantes associam a ela “agressão física”, “desrespeito”, “agressão” e “humilhação”. Essas palavras fazem parte do elemento central das representações, sendo que os termos agressão e agressão física expressam o entendimento que as enfermeiras têm sobre violência doméstica contra a mulher, sendo o conteúdo avaliado de forma negativa. Na zona de contraste, as palavras “agressão verbal”, “covardia”, “dor”, “abuso” e “inaceitável” foram evocadas. Na periferia, “medo” revela tanto o sentimento das profissionais quanto o das vítimas frente ao agressor, e “submissão” é pontuada como causa da violência. Infere-se a

possibilidade de um subgrupo com representação diferenciada, frente ao termo “agressão verbal” na zona de contraste. Arraigada à memória coletiva, no núcleo central, a agressão física também carrega significados da prática profissional, visto ser a forma mais comum de reconhecimento das enfermeiras de uma mulher que sofreu violência (Acosta et al., 2018).

Em outro estudo, no universo dos participantes, ao utilizar a associação livre de palavras, com as palavras indutoras “violência contra as mulheres rurais”, evidenciam-se, como elementos centrais, os vocábulos “medo”, “álcool”, “sobrecarga-trabalho da mulher”, “desrespeito”, “agressão física” e “agressão”. Nesse sentido, no grupo de gestores entrevistados, observou-se que, dentre as palavras mais frequentes, surgiram: “deestrutura familiar” e “agressão”. Já entre os responsáveis pela saúde da mulher entrevistados evidenciou-se a palavra “submissão”. Quando analisadas as palavras comuns entre ambos, identificou-se “álcool”, “cultura” e “medo” (Costa, Lopes & Soares, 2014).

Nesse estudo, ainda, verifica-se que o possível núcleo central sugere, inicialmente, a representação relacionada ao vocábulo “medo”, o que representa a determinação de aspectos pautados no gênero, ou seja, na posição social e cultural de inferioridade da mulher, o que justifica e naturaliza a violência. Associados a isso, os termos “álcool” e “desrespeito” aparecem como evocações associadas e consideradas desencadeadoras, muitas vezes, dos atos de agressão, o que contribui para justificar e dar invisibilidade a esses atos contra as mulheres rurais, como consequência de momentos de descontrole (Costa, Lopes & Soares, 2014).

O uso de substâncias psicoativas, como o consumo de álcool e outras drogas, pelos parceiros amorosos, muitas vezes, são entendidos como causadores da violência. Quando se identifica causas e motivações das

violências, é comum que o uso de álcool por parte dos homens venha à tona. Em alguns estudos (Ribeiro & Coutinho, 2011; Moura, Lefevre & Moura, 2012; Costa, Lopes & Soares, 2014; Cruz, Espíndula & Trindade, 2017; Rezende & Silva 2018) é possível perceber o quanto as pessoas entrevistadas tendem a compreender que o uso de álcool causa a violência, como uma simples via de causa e efeito. Porém, os próprios autores trazem questionamentos a essa representação, salientando que o álcool não é responsável pela agressão. Visto que, na verdade, o uso de álcool “favorece tanto as representações que o parceiro construiu [...] do direito sobre um corpo que não é dele, o corpo feminino, como a racionalização do uso de técnicas violentas para que esse corpo se torne disciplinado e obediente.” (Moura, Lefevre & Moura, 2011, p. 1032). Também, Rezende e Silva (2018) apontam que embora haja dados na literatura e o próprio estudo dos/as mesmos/as apresenta, não é possível considerar o consumo de álcool e outras drogas como fator determinante e causador da violência. Além do uso do álcool e outras drogas, outro estudo mostra que a socialização, baseada em uma cultura machista e os traços de personalidade de quem agride são apontados como motivadores ou causadores da violência de gênero (Cruz, Espíndula & Trindade, 2017).

A análise das representações sociais sobre a violência doméstica contra a mulher, entre os profissionais de saúde que atuavam nas Unidades Básicas de Saúde do município de Rio Grande, evidenciou tratar-se de uma representação com conotação negativa e estruturada, pois contém elementos conceituais, imagéticos e atitudinais (Oliveira Gomes et al., 2015). Houve a presença concomitante dos termos “agressão” e “agressão física” no núcleo central das representações sociais, o que pode expressar que os entrevistados, além da violência física, incluíam em suas representações as outras modalidades de violência. O termo “medo”, que consta na primeira periferia, comporta duas

interpretações. Pode referir-se ao sentimento da pessoa que sofreu a violência frente a quem a agrediu, assim como ao dos próprios profissionais que temem se envolver ou envolver a família com alguém considerado violento (Oliveira Gomes et al., 2015).

No estudo de Cruz, Espíndula e Trindade (2017) os elementos da representação da violência de gênero por profissionais de saúde estão vinculados à violência física contra a mulher. Como elemento central, violência de gênero está ligada a elementos como covardia, vítima, situação, atender relação e frágil. Isso denota que a representação da violência de gênero está ancorada na violência física e objetivada na agressão. Embora a violência física seja a mais representativa para os profissionais entrevistados, também apontam a violência verbal, psicológica e moral, através das humilhações e desrespeito, porém são apontados como mais frequentes e velados.

O estudo de Rezende e Silva (2018) descreve as representações dos/as adolescentes sobre a violência contra a mulher. Os/as adolescentes representam a violência contra a mulher objetivada em um fenômeno cotidiano, que acontece inclusive em suas famílias, sendo eles/elas testemunhas de agressões de seus pais/padrastos contra suas mães. Como causas da violência estão o poder do homem, ciúmes, infidelidade, uso de substâncias psicoativas e situações banais. Eles/elas também elaboram RS ancoradas no patriarcado, modo de organização social e familiar, em que o homem aparece como ser hegemônico, que usa a violência como um recurso para dominar e submeter a parceira. No estudo de Procópio et al. (2014), também com adolescentes, de 12 a 23 anos, verificou-se que o grupo estudado compartilhava uma representação da violência sexual percebendo-a acima de tudo como uma agressão sofrida sem justificativa e com uso de força, trazendo lembrança de sofrimento físico e emocional e os sentimentos de raiva e frustração pela incapacidade diante do agressor. Além disso, as representações que essas jovens e adolescentes fizeram da

violência permitiu que elas se percebessem como vítimas.

Representações sociais de masculinidades e feminilidades

Souza e Sabini (2015) observaram, através das entrevistas realizadas com mulheres em situação de violência conjugal, que elas associam a manutenção dessas relações à valorização masculina. A questão de ordem financeira não foi algo apontado como mantenedora do relacionamento, uma vez que, parte das mulheres entrevistadas não dependiam de seus parceiros para sobrevivência material. Atribuíram a violência à religiosidade, a capacidade de amar e perdoar, o que corrobora com a ideia da mudança de atitudes. As mulheres ficaram sob a insígnia do medo e da esperança, da mudança do companheiro para manutenção da família. Ao contrário disso, Madureira et al. (2020), em estudo com homens que cometeram violência doméstica, apontam através das representações levantadas nas entrevistas, que os papéis de gênero são cultural e socialmente construídos, onde os homens são vistos como provedores e as mulheres como submissas, devendo cumprir deveres com a casa e família, assim, quando a mulher não segue seu papel, é motivo para situação de violência.

A expressão subjetiva da violência em algumas mulheres está comandada pelo silêncio, aprisionando-se ao casamento, à manutenção da família sob o ideal familiar, corroborando com a baixa estima e com a manutenção de um lugar de submissão no espaço privado. As mulheres ressaltam que o propulsor da denúncia é o desejo por mudança, rede de apoio, acreditar que suas vidas podem ter outra configuração sem a presença de quem a agrediu, assim, romper o ciclo está associado à separação (Nóbrega et al., 2019; Silva et al., 2015).

As falas apresentadas no estudo de Hirt et al. (2017) mostram que a representação da violência é ancorada na perspectiva psicológica

e moral, pois para as mulheres são impostas muitas privações, diferente dos homens. A relação homem-mulher no contexto rural está ancorada no machismo, sendo o homem soberano e dominador, com força física, que representa o poder. A mulher possui os atributos de fragilidade, submissão, não podendo contestar seu companheiro. Essa representação se ancora na ideologia de que o homem detém o poder e a mulher é um sujeito passivo, que deve aceitar tudo que lhe é imposto sem questionar. A mulher no contexto rural ocupa o papel de dona de casa, mãe, cuidadora e trabalhadora (Hirt et al., 2017).

Em estudo desenvolvido com adolescentes, identificou-se como uma categoria de análise o poder do homem, que aponta representações sociais objetivadas na figura do homem como dominador, que usa sua posição de poder para agredir a parceira, apontando para o exercício de poder como motivador da violência e apontam para a representação ancorada no patriarcado e submissão feminina (Rezende & Silva, 2018).

Para Acosta et al. (2018, p. 8), “a concepção sobre os atores da violência ancora-se nas relações sociais baseadas nas desigualdades entre os sexos e na submissão versus dominação”. No estudo de Rodrigues, Machado et al. (2016), quando apresentada a palavra “ser homem” para evocação de palavras, os participantes (familiares de pessoas que sofreram violência) apresentaram as seguintes evocações, divididas em quatro grupos: grupo 1 - bonito, trabalhador e honra, sendo que o valor dado ao homem diz respeito aos atributos ancorados no poder, representados pela beleza, trabalho, honra, nesse grupo o homem assume o papel de provedor familiar, sendo que os elementos das representações sociais o colocam no espaço público, na função de provedor; grupo 2 - segurança e machismo, o que reafirma as relações hierárquicas de gênero; grupo 3 - alegria, amizade, responsabilidade, que corroboram com as atitudes que são socialmente aceitas para o homem e grupo 4 -

trabalhador e honesto, trazendo uma representação ancorada nas questões culturais, onde o homem trabalha, mantém as despesas e a mulher assume a obrigação com o cuidado.

Já quando a expressão “ser mulher” é apresentada para evocação, os participantes evocaram: grupo 1 - cuidado e respeito, indicando que a violência se ancora em questões culturais; grupo 2 - guerreira e amizade, podendo apontar para a luta da mulher pela inserção no espaço público e a harmonia no espaço privado; grupo 3 - mulher, destacando os atributos de feminilidade e sensibilidade considerados como sendo inerentes a mulher, a fragilidade da mulher exacerbou sua falta de poder perante o homem e a subalternidade, que facilita as agressões e grupo 4 - sofrimento, que pode ser expresso pelo que é vivido pelas mulheres nas relações afetivas violentas (Rodrigues, Machado et al., 2016).

No estudo de Cruz, Espíndula e Trindade (2017) com profissionais de saúde, o único espaço identificado para o homem que cometeu violência de gênero é o de agressor e violento, objetivados na figura do pai ou companheiro pobres. Atribuem a violência à socialização machista e o justificam pela natureza agressiva masculina. A violência seria uma alternativa do homem para resolver conflitos, frustrações e desestruturação familiar. Alguns elementos foram associados à mulher e à violência de gênero, indicativos de relações de poder, evidenciando que as características da violência podem ser atribuídas a ambos os envolvidos, os elementos são: “dependente”, “companheiro”, “forte”, “agressor”, “financeiro”, “acreditar”, “força”. Quando falam de homens que cometem violência, apontam termos negativos, como: “covarde”, “monstro”, “psicopata”. Sentem ainda “nojo”, “raiva” e “repúdio” de tais homens.

Também Oliveira Gomes et al. (2015) apontam como elementos da primeira periferia os termos “medo”, “revolta”, “baixa

autoestima” e “submissão”. Já para Silva et al. (2015) os termos “medo” e “revolta” foram os mais evocados na primeira periferia. Santos et al. (2018) encontraram duas categorias temáticas em seu estudo: a primeira categoria temática central: “Do ditado popular à banalização da violência conjugal contra mulheres”, identificou-se os seguintes núcleos de sentido: “não se interfere em briga de casal” e “naturalização da violência legitimada nas representações sociais”; a segunda categoria temática central “Representações sociais numa perspectiva de gênero” identificaram-se os seguintes núcleos de sentido “representações associadas aos papéis sociais de gênero” e “imputação de culpa à mulher”. Através da fala dos participantes do estudo, profissionais de Atenção Primária em Saúde, a violência contra as mulheres é legitimada, aceita e tolerada, como algo inerente à mulher.

As representações sociais sobre a violência de gênero das pessoas participantes do estudo de Rodrigues, Machado et al. (2016), familiares de pessoas que sofrem violência de gênero, estão configuradas a partir de um sistema representacional, sendo que as relações de poder entre o homem e a mulher aparecem como princípios organizadores da violência de gênero, destacando o homem como machista, provedor e com inserção no espaço público e a mulher como cuidadora, frágil e subalterna. Estas representações estão ancoradas em questões culturais e nas desigualdades de gênero, mostrando relações de poder entre o homem e a mulher nas relações afetivas, no sofrimento e morte da mulher e no adoecimento de seus familiares (Rodrigues, Machado et al., 2016). Outro estudo que também aborda a percepção de familiares traz que o poder exercido pelo homem não atinge somente a pessoa violentada, mas se estende aos familiares, fazendo com que as possibilidades de fortalecimento da mulher sejam limitadas (Rodrigues, Rodrigues et al., 2016).

Também, no estudo de Souza e Sabini (2015), pode-se evidenciar as questões envolvendo poder e gênero, onde identificou-se

uma ambiguidade nos sentimentos de mulheres em relacionamentos conjugais violentos. Isso por que mesmo vivenciando uma relação dolorosa e conturbada valorizavam o seu companheiro, como sendo “bom pai”, “bom homem na sociedade”, onde as experiências do lar e do espaço público acabam cindindo. Percebe-se uma fragilidade e vulnerabilidade das mulheres diante da violência de gênero. A pesquisa aponta que alguns familiares parecem contribuir para que a violência continue velada, restrita aos domicílios. As representações sociais destas violências apontam que esta fica restrita ao espaço do lar, podendo estar ancorado a questões culturais. Prevalece a ideia de que a violência deve ser restrita ao âmbito privado, não expondo publicamente a situação de violência (Rodrigues, Rodrigues et al, 2016).

Quando solicitado a evocação da palavra “violência doméstica contra a mulher” (Rodrigues, Machado et al., 2016), os participantes evocaram: grupo 1 - violência física, absurdo, droga e morte, ressaltando que a violência doméstica contra a mulher é mais visível sob a forma de tais evocações; grupo 2 - ignorância, covardia, falta de amor, sofrimento, desestrutura e raiva; grupo 3 - punição, ignorância, cruel e covardia e grupo 4 - violência física, sofrimento, desestrutura, raiva e medo.

No estudo de Oliveira Gomes et al. (2015), as palavras abuso e abuso de poder são evocadas, através do termo violência doméstica contra a mulheres, qualificando os atos violentos cometidos pelas pessoas agressoras. Porém, tais representações referem-se ao sentimento despertado em quem sofreu a violência e nos profissionais de saúde que participaram da pesquisa. As mesmas palavras são evocadas no estudo de Silva et al. (2015), acrescidas de mais algumas evocações, sendo elas: abuso de poder, dor, humilhação, impunidade, sofrimento, tristeza e violência. Assim, o termo agressão é organizador dos outros elementos da representação, estabelecendo conexões com os outros termos,

principalmente com o termo agressão física. Em relação ao poder, o termo abuso de poder não foi mencionado nas falas, mas seu significado se encontra explicitado e se concretiza no poder da pessoa que agride sobre a agredida. Assim, “a representação social de TE e ACS acerca da violência doméstica contra a mulher possui conotação negativa, identificada pelos termos abuso, agressão, agressão física, covardia e falta de respeito. Trata-se de uma representação estruturada, pois apresenta elementos conceituais, imagéticos e atitudinais” (Silva et al., 2015, p. 28). A análise de similitude realizada no estudo de Silva et al. (2015) reafirma as palavras agressão e agressão física no núcleo central da representação. Na segunda periferia, encontram-se os termos submissão e baixa autoestima, evidenciando o modo como os profissionais de saúde (técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde) visualizam as pessoas agredidas, que estão em relacionamentos violentos e prejudiciais à saúde.

De uma forma mais detalhada, o estudo de Ribeiro e Coutinho (2011) nos mostra que os agressores foram representados pelas mulheres entrevistadas ancorados em duas esferas: uma negativa e outra afetiva. De um lado, a ancoragem negativa apresenta um caráter simbólico/místico, tendo como referência alguém que seria desprovido de humanidade, fraco e ruim. Por outro lado, haveria uma ancoragem afetiva, a qual é manifestada por meio de afetividade, demonstração de sentimentos positivos em relação ao companheiro (o “homem que amo”, o “pai dos meus filhos”). As autoras salientam que a ancoragem afetiva provavelmente está relacionada com representações sociais vinculadas ao ideal de amor romântico construído socialmente.

Semelhante a esses achados, Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) percebem representações contraditórias nas mulheres entrevistadas variando desde uma pessoa boa/ótima, simpática até covarde, canalha e doente. Este último termo é mencionado em praticamente

todas as narrativas, definindo os companheiros como psicopatas, esquizofrênicos e com dupla personalidade. Em estudo realizado com homens que cometeram violência de gênero, observou-se que a propagação da violência começa desde a infância, além disso, representam a violência conjugal como sendo culpa das mulheres, não se consideram culpados pela violência praticada ou a justificam dizendo que foi em decorrência de determinada ação da companheira (Madureira et al., 2020).

Dar visibilidade aos modelos que a sociedade tem construído sobre as concepções de masculinidades e feminilidades pode possibilitar um caminho para que haja mudanças de posturas por parte das pessoas e de valores na sociedade (Palhoni, Amaral & Penna, 2014). Com isso, as próprias representações da violência podem ser modificadas, contribuindo para que se possa vislumbrar efeitos em outras áreas. Uma vez que Procópio et al. (2014) demonstram relação entre as representações que se tem da violência e a adesão ou não a tratamentos quimioprolifáticos em pessoas com HIV.

Estratégias de enfrentamento

O principal preditor de auxílio evocado pelas mulheres é a espiritualidade, a família e os amigos como seu apoio, o que contribui para romper com as agressões sofridas, isto é, a rede social tem fundamental importância para enfrentamento das dificuldades vividas na situação de violência. Isso é demonstrado com o estudo de Gomes et al. (2015), o qual buscou entender como as mulheres representavam a violência vivenciada e quais as redes de apoio social que recorriam. Tal pesquisa foi desenvolvida em Salvador, Bahia, sendo que as participantes eram todas mulheres negras, com histórico de violência conjugal, baixa escolaridade, dependentes economicamente da pessoa que a agredia e tinham até seis filhos. Elas pertenciam a um “Coletivo de Mulheres” mantido por uma Organização Não Governamental (ONG) que foi criada em 1992

devido ao alto índice de VCM na localidade. O apoio religioso era um amparo imprescindível em momentos de fragilidade. Das onze mulheres entrevistadas, sete apontaram o candomblé como uma referência de suporte de libertação, preocupação com o outro e pertencimento de grupo. As mulheres mencionam que a religião dá lugar para a esperança ressurgir (Gomes et al., 2015).

Em consonância com isso, a fé, a religiosidade e a espiritualidade podem contribuir para a construção de uma resiliência, conforme destacado por Ribeiro e Coutinho (2011) e Rodrigues, Machado, et al. (2016). Compreende-se a resiliência pós-violência como um instrumento facilitador no deixar falar, buscar ressignificar. Nóbrega et al. (2019) mencionam que o acionamento da resiliência após romper o ciclo, oportuniza amparo “na medida em que consegue falar, expor a subjetividade a partir da experiência traumática e atribuir um novo significado à vivência armazenada e, ao fazê-lo, será possível mudar a significação do sofrimento, e, assim, superá-lo” (p. 2664). Um sentimento despertado pelas participantes do estudo de Souza e Sabini (2015) foi o de amar a si mesmas quando denunciaram seus parceiros. Por sua vez, as que não denunciaram sentiram-se como não tendo amor-próprio.

Entende-se que há uma importância na constituição de redes de apoio para mulheres que sofrem violência. A pesquisa desenvolvida por Rodrigues, Rodrigues et al. (2016) aponta a visão que os familiares têm em relação à VCM e como eles buscam dar suporte. Entendem que são a principal referência, mas que muitas vezes a instabilidade nas relações, onde mulher/familiar recorre a decisão de permanecer com a queixa o que gera falta de confiança, descrédito, podendo levar ao feminicídio. Os familiares referem que as insígnias presentes nesse cenário estão associadas às incertezas e às inseguranças de toda a dinâmica familiar e que todos sentem-se envolvidos (in)diretamente. Os familiares se dizem afetados tanto física, como

psiquicamente, e isso pode implicar em não conseguirem dar o suporte que a mulher necessita devido às consequências em suas vidas.

Assim, essas mulheres em situação de violência receberam o amparo da família e/ou dos/as amigos/as, constituindo este, na maioria dos casos, o suporte necessário para a decisão de denunciar a pessoa que cometeu a violência e procurar apoio. As representações sociais de familiares sobre a violência de gênero direcionaram a conduta dos familiares no grupo de pertencimento; tais representações mostraram que a violência é crime e que os/as familiares atuam de diversas maneiras no sentido de ajudar a minimizar os atos violentos nas relações cotidianas. A violência de gênero ficou restrita ao espaço do lar, o que pode estar ancorado grandemente em questões culturais. Isto contribui para a legitimação da violência de gênero no contexto das relações familiares e parece ter tornado mais difícil para a mulher o enfrentamento desta situação (Rodrigues, Rodrigues et al., 2016). Na pesquisa de Varela et al. (2012), as mulheres entrevistadas relatam que a primeira pessoa que buscaram para obter ajuda foi outra mulher de sua rede de relacionamentos. Muitas mulheres não conhecem locais para buscar suporte, o que acaba motivando a procura por apoio entre pares.

O atendimento prestado por profissionais da saúde contribui para o enfrentamento da violência. Leal, Lopes e Gaspar (2011) salientam que os atendimentos realizados por profissionais da enfermagem não devem se restringir a apoio e conforto, mas a ações técnicas, que objetivem esclarecer os direitos das mulheres, além de realizar uma articulação intersetorial. Ainda segundo as autoras, o apoio auxilia as mulheres no enfrentamento da violência, no entanto este apoio só será possível quando a mulher consegue identificar que está vivenciando uma situação de violência (Leal, Lopes & Gaspar, 2011). A articulação da rede de apoio, família, serviços de atendimento à mulher possibilita o

cuidado, além do amparo dos profissionais de saúde; assim, a violência contra a mulher deve ser encarada como um problema de saúde, onde práticas de cuidado humanizadas devem ser pensadas, indo além do cuidado curativo (Acosta et al., 2018). O atendimento psicológico foi identificado como uma forma de cuidado tanto para as mulheres e homens em situação de violência de gênero, além disso, a socialização de gênero foi apontada como fator de prevenção do fenômeno da violência (Cruz, Espíndula & Trindade, 2017).

Também, concernente às representações dos/as profissionais de saúde, o estudo de Oliveira Gomes et al. (2015) apresenta os termos “aceitação” e “apoio profissional” na busca de ajuda. As autoras salientam que os termos não foram expressos literalmente pelos/as participantes, mas o contexto expressa seu significado. No estudo de Cruz, Espíndula e Trindade (2017), os/as profissionais de saúde apontaram para a importância de fortalecer a Atenção Básica, para atender ambos os envolvidos em situação de violência de gênero, além disso, como estratégia de redução do problema. Ressaltam para a necessidade de conscientização dos homens nesse processo.

Porém, Rodrigues, Rodrigues et al. (2016) apontam que as ações não devem se restringir às atribuições do setor saúde, devem incluir a família como unidade de cuidado que interage no contexto da violência de gênero. Também, é necessário que a gestão pública estructure serviços da rede de violência de gênero, propiciando à mulher e seus familiares uma rede efetiva e articulada de cuidado. “São necessários investimentos na formação em saúde, no sentido de instrumentalizar as e os profissionais a atuar levando em consideração todos os tipos de violência” (Rodrigues, Machado et al., 2016, p. 9).

Torna-se relevante, também, a criação de estratégias que incluam os homens autores de violência em ações de enfrentamento e erradicação da violência, pois muitas vezes

essas pessoas permanecem em seus relacionamentos ou iniciam uma nova relação com as mesmas condutas violentas. São necessárias ações que promovam mudanças sociais e de gênero, contribuindo para a diminuição e a erradicação das violências (Madureira et al., 2020). Além da saúde, é necessário o desenvolvimento de ações preventivas em outros contextos, com objetivo de prevenção da violência contra as mulheres, uma das estratégias é a conscientização dos/as adolescentes, estimulando o pensamento crítico, estimulando a busca e a manutenção de relações saudáveis; além disso, envolver a escola, famílias e comunidade pode contribuir para a obtenção de mudanças (Rezende & Silva, 2018).

Discussão/Interpretação do conjunto dos resultados

A maioria dos artigos possui como primeiro/a autor/a profissional da enfermagem. Há um predomínio de profissionais da área da Enfermagem na produção científica relacionado à VCM e TRS, o que é compreensível pela Teoria ser multidisciplinar. Entretanto, compreendemos que é necessário um maior aprofundamento por parte da Psicologia nos estudos da TRS relacionadas com os estudos de gênero, incluindo a VCM, pois como mostra a revisão, os estudos realizados por profissionais psicólogos/os são ainda reduzidos. O intuito de fazer tal apontamento é para que a Psicologia possa se debruçar sobre uma teoria que contribui para o entendimento de diferentes aspectos da vida de um sujeito, pensando questões sociais, individuais e relacionais.

No que tange à TRS, como pode-se visualizar no quadro 1 apresentado, 13 dos 21 estudos analisados, não utilizam a TRS na discussão dos seus resultados. Alguns até a apresentam e trazem seus conceitos no início dos estudos, como na introdução, mas não a desenvolvem ao longo da explanação. Assim, podemos perceber que a teoria, de alguma forma, tem sido utilizada para pensar a escrita

das pesquisas, porém não há uma articulação com os resultados obtidos e com a teorização necessária para dar um embasamento ao estudo.

Cinco artigos abordam com mais profundidade a TRS (Oliveira Gomes et al., 2015; Santos et al., 2018; Rezende & Silva, 2018; Hirt et al., 2017; Cruz et al., 2017), isto é, realizam uma maior articulação entre os resultados obtidos na pesquisa e os constructos utilizados pela teoria. Dois artigos (Costa; Lopes; Soares, 2014; Ribeiro & Coutinho, 2011) ao se referir à TRS descrevem a ancoragem, entretanto, não explicitam o que seria tal termo, colocam o conceito como sendo uma representação ligada à outra representação, mas sem um aprofundamento teórico. Muitas vezes é difícil compreender se o conceito retrata a proposição da TRS ou se faz referência à outra perspectiva de análise teórica.

A ancoragem é um processo dinâmico, ocorre no cotidiano social e que regula o conhecimento social e seu contexto. Um dos pontos a se considerar quando está se falando em ancoragem é que nenhuma situação é completamente nova, sempre há algo de conhecimentos anteriores, assim diante de uma situação nova, onde não se tem um aprendizado, o sujeito buscará por experiências anteriores. Além disso, o novo é considerado estranho por ter um caráter singular, ser uma experiência única para determinada experiência. Desse modo, a ancoragem visa tornar o estranho familiar, integrando o estranho no quadro social já existente (Campos, 2017).

As pesquisas que compõem o *corpus* de nosso estudo apontam que a violência contra as mulheres tem como cenário basilar o domicílio e que os companheiros (ou ex-companheiros) são as principais pessoas que cometem a violência. Tais dados também foram obtidos por Souza e Rezende (2018) a partir de entrevistas com profissionais da saúde. As autoras salientam de que o local onde todas as

pessoas deveriam ter segurança, amparo e auxílio torna-se um local de represálias e ocorrência de muitas violências, não atingindo só as mulheres, mas, também, seus filhos.

Os estudos apontaram que o homem ainda ocupa um lugar de provedor, que tem poder sobre a mulher, sendo seu ambiente o espaço público. Enquanto as questões relativas às mulheres estão relacionadas a um papel de submissão, passividade, são vistas como frágeis, ocupando o lugar do lar, cuidadora. Assim, como apontam Autoras (2020) existe uma relação entre a VCM e as representações de masculinidades. Essas representações estão relacionadas com as desigualdades de gênero que ainda existem e persistem em nossa sociedade, sendo que a mesma deve ser compreendida através de uma perspectiva relacional, compreendendo que a VCM traz sofrimento para todos os envolvidos, inclusive para os homens, mesmo que a experiência seja diferente para ambos. É necessário refletir sobre algumas terminologias utilizadas, procurando o distanciamento de visões que colocam as mulheres como vítimas e os homens como vilões (Autoras, 2020).

Além disso, a partir dos resultados obtidos, podemos compreender que as estratégias de enfrentamento para a violência contra as mulheres giram em torno do desenvolvimento ou retomada da espiritualidade, possibilidade de acesso a acompanhamento para que se possa desenvolver uma ressignificação das violências vivenciadas e, ainda, suporte adequado por parte da rede de apoio das mulheres. Ainda, os profissionais de saúde apresentam um papel importante no auxílio ao enfrentamento da violência, pois segundo Souza e Rezende (2018) há um amplo leque de intervenções que podem ser empregadas. No entanto, na pesquisa das autoras, foi possível observar que os conhecimentos acerca da temática ainda são escassos pelos profissionais da saúde, o que inviabiliza um suporte adequado e empático.

Considerações Finais

Neste artigo, a partir de uma revisão integrativa da literatura, tivemos como objetivo compreender como a TRS está sendo articulada para o entendimento acerca de situações que envolvem violência contra as mulheres visando encontrar estratégias efetivas de intervenção e prevenção desse tipo de violência. Buscamos identificar elementos que compõem o desenvolvimento dos estudos, tais como participantes envolvidos/as, a área dos/as pesquisadores/as, autores/as da TRS, delineamentos e instrumentos preponderantes, e os resultados, com a intenção de refletir sobre o potencial teórico e metodológico da TRS no que concerne à VCM.

A percepção, após leituras dos artigos, é que a TRS não tem sido aprofundada, sendo dada ênfase para fenômenos envolvidos com a violência doméstica nos diferentes estudos. Muitas vezes, a TRS é utilizada apenas como plano de fundo para embasar as pesquisas. Muitos estudos citaram a TRS no início dos artigos e depois seguem explicitando o que foi encontrado nas pesquisas sobre a violência contra as mulheres, sem desenvolver uma relação entre a VCM e TRS. Por esse motivo nos questionamos, qual o motivo que utilizam a TRS? Para que ela serve? A TRS é o foco central em pesquisas?

Diante do levantamento e da análise realizada, sugere-se que novos estudos procurem realizar pesquisas com foco na TRS, aprofundando as discussões entre VCM e a teoria na sua potencialidade. Ainda, considerando que um dos principais preditores de auxílio evocado pelas mulheres para enfrentar as violências é a espiritualidade/religiosidade, enfatizamos a necessidade de investimento em estudos que relacionem estes constructos com as representações sociais acerca da VCM. Há que se refletir sobre como, por exemplo, as práticas de igrejas e centros espirituais podem estar legitimando, ao menos indiretamente, as VCM. Em outras palavras, identificar como representações estão a serviço do poder/dominação.

Certamente, nessa revisão, não abarcamos todos os constructos referentes à TRS, mas os apontados merecem ser trabalhados nas análises e novos precisam se desenvolver. Assim é que uma teoria se solidifica e avança nos seus propósitos. Ainda, entendemos que a TRS é uma teoria que pode ser utilizada por diferentes áreas do conhecimento, todavia é necessário que a Psicologia se aproprie mais do desenvolvimento de estudos nesta área, para que seja possível um melhor aprofundamento teórico por partes de psicólogas/os, uma vez que tal conhecimento contribui para a prática profissional.

Referências

- Acosta, D. F., Gomes, V. L. de O., Oliveira, D. C. de, Marques, S. C., & Fonseca, A. D. da. (2018). Representações sociais de enfermeiras acerca da violência doméstica contra a mulher: estudo com abordagem estrutural. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 39, e61308. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2018.61308>
- Arruda, A. (2018a). As Representações Sociais: Desafios de Pesquisa. In: C. P. Souza et al. (orgs). *Angela Arruda e as representações sociais: estudos selecionados*. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, (pp. 147-160).
- Arruda, A. (2018b). Representações Sociais: Dinâmicas e redes. In: C. P. Souza et al. (orgs). *Angela Arruda e as representações sociais: estudos selecionados*. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos

- Chagas, (pp. 39-66).
- Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, (117), 127–147. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300007>
- Brasil. (2006). Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Campos, P. H. F. (2021). As práticas sociais e seu “contexto”. In: A. Roso (Ed. Coord.), P. A. Guareschi, A. R. C. Hernandez, A. Novaes, A. Accorssi, & C. dos S. Gonçalves (orgs.). *Mundos sem fronteiras. Representações sociais e práticas psicossociais*. ABRAPSO. (pp. 122-156).
- Campos, P. H. F. (2017). O estudo da ancoragem das Representações Sociais e o campo da Educação. *Revista Educação Pública*, 26(63), 775–797. Recuperado de <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4187/pdf>
- Christmals, C. D., & Gross, J. J. (2017). An integrative literature review framework for postgraduate nursing research reviews. *European Journal of Research in Medical Sciences*, 5(1), 7-15. Recuperado de <https://www.idpublications.org/wp-content/uploads/2016/12/Full-Paper-AN-INTEGRATIVE-LITERATURE-REVIEW-FRAMEWORK-FOR-POSTGRADUATE-NURSING-RESEARCH-REVIEWS.pdf>
- Costa, M. C., Lopes, M. J. M., & Soares, J. D. S. F. (2014). Representações sociais da violência contra mulheres rurais: desvelando sentidos em múltiplos olhares. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(2), 213–221. <https://doi.org/10.1590/s0080-623420140000200003>
- Connell, R. (2016). Gênero em termos reais. São Paulo: NVersos.
- Cruz, S. T. M. da, Espíndula, D. H. P., & Trindade, Z. A. (2017). Violência de gênero e seus autores: Representações dos profissionais de saúde. *Psico-USF*, 22(3), 555–567. <https://doi.org/10.1590/1413-82712017220314>
- de Rosa, A. S. (2014). 50 anos depois: a “Psychanalyse, son image et son public” na era do Facebook. In: A. M. de O. Almeida, M. de F. S. Santos, & Z. A. Trindade. *Teoria das Representações sociais. 50 anos depois*. 2.ed. Technopolitik. (pp. 650-743).
- Fonseca, D. H. da, Ribeiro, C. G., & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: Realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 307–314. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>
- Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Reis, L. A. dos, & Erdmann, A. L. (2015). Rede social para o enfrentamento da violência conjugal: Representações de mulheres que vivenciam o agravo. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 24(2), 316–324. <https://doi.org/10.1590/0104-07072015002140012>
- Guareschi, P. A. (2005). *Psicologia Social Crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Guareschi, P. A. (1996). Representações sociais: alguns comentários oportunos. In C. M. Nascimento-Schulze (Org.), *Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social*. Florianópolis: Imprensa universitária, Universidade Federal de Santa Catarina. (pp. 9–35).
- Guareschi, P. A. (2000). Representações sociais e ideologia. *Revista de Ciências Humanas*, 3, 33–46. Recuperado de

- <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/24122>
- Gutiérrez-Vidrio, S. (2019). Reflexiones metodológicas en torno al estudio de las Representaciones Sociales. Su relevancia para la investigación educativa. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, 10(29), 105-123. <https://doi.org/10.22201/iisue.20072872e.2019.29.525>
- Hirt, M. C., Costa, M. C. da, Arboit, J., Leite, M. T., Hesler, L. Z., & Silva, E. B. da. (2017). Representações sociais da violência contra mulheres rurais para um grupo de idosas. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 38(4). <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.04.68209>
- Jesuino, J. C. (2021). Entre representações sociais e ideologias - o caso do gênero. In: A. Roso (Ed. Coord.), P. A. Guareschi, A. R. C. Hernandez, A. Novaes, A. Accorssi, & C. dos S. Gonçalves (orgs.). *Mundos sem fronteiras*. Representações sociais e práticas psicossociais. ABRAPSO. (pp. 280-319).
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: Um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales*, Paris: PUF. pp. 31-61. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/324979211_Representacoes_sociais_Um_do_minio_em_expansao.
- Leal, S. M. C., Lopes, M. J. M., & Gaspar, M. F. M. (2011). Representações sociais da violência contra a mulher na perspectiva da enfermagem. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 15(37), 409-424. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832011005000012>
- Madureira, A. B., Mantovani, M. F., Silva, A. T. M. Souza, P. B., Ferraz, M. I. R. & Raimondo, M. L. (2020). Representações sociais de homens agressores denunciados acerca da violência contra a mulher. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(2), 1-7. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0824>
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. de C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 17(4), 758-764. <https://doi.org/10.1590/s0104-07072008000400018>
- Moura, L. B. A., Lefevre, F., & Moura, V. (2012). Narrativas de violências praticadas por parceiros íntimos contra mulheres. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(4), 1025-1035. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000400024>
- Moscovici, S. (1961/2008). *Psychoanalysis*. Its image and its public. Cambridge, UK: Polity.
- Moscovici, S. (2015). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. 11. ed. Petrópolis- RJ: Vozes.
- Nóbrega, V. K. de M., Pessoa Júnior, J. M., Nascimento, E. G. C.do, & Miranda, F. A. N. de. (2019). Renúncia, violência e denúncia: representações sociais do homem agressor sob a ótica da mulher agredida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(7), 2659-2666. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018247.16342017>
- Nogueira, K., & Grillo, M. D. (2020). Teoria das Representações Sociais: história, processos e abordagens. *Research, Society and Development*, 9(9), e146996756. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.6756>
- Oermann, M. H. (2020). Foreword. In Coleen E. Toronto & Ruth Remington (ed.), *A Step-by-Step Guide to Conducting an Integrative Review*, Switzerland: Springer.
- Oliveira Gomes, V. L. de, Silva, C. D., Oliveira, D. C. de, Acosta, D. F., & Amarijo, C. L. (2015). Domestic violence against women: Representations of health professionals. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 23(4), 718-724. <https://doi.org/10.1590/0104-1169.0166.2608>

- Palhoni, A. R. G., Amaral, M. A., & Penna, C. M. M. (2014). Representations of violence against women and its relationship to their quality of life. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 13(1), 15–24. <https://doi.org/10.5935/1676-4285.20144286>
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 15–23. Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624>
- Procópio, E. V. P., Feliciano, C. G., Silva, K. V. P. da, & Katz, C. R. T. (2014). Representação social da violência sexual e sua relação com a adesão ao protocolo de quimioprofilaxia do HIV em mulheres jovens e adolescentes. *Ciência e Saúde Coletiva*, 19(6), 1961–1969. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014196.08382013>
- Rezende, A. M. de A., & Silva, J. P. da. (2018). Violência contra a mulher: representações sociais de adolescentes. *INTERthesis*, 15(1), 92–110. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2018v15n1p92>
- Ribeiro, C. G., & Coutinho, M. da P. de L. (2011). Representações Sociais de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica na Cidade de João Pessoa-PB. *Revista Psicologia e Saúde*, 3(1), 52–59. Recuperado de <https://pssaucdb.emnuvens.com.br/pssa/article/view/81/142>
- Rodrigues, V. P., Machado, J. C., Santos, W. da S., Santos, M. de F. de S., & Diniz, N. M. F. (2016). Violência de gênero: Representações sociais de familiares. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 25(4), 1-10. <https://doi.org/10.1590/0104-07072016002770015>
- Rodrigues, V. P., Rodrigues, A. D., Lira, M. O. de S. C. e, Couto, T. M., & Diniz, N. M. F. (2016). Relações familiares no contexto da violência de gênero. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 25(3), 1-9. <https://doi.org/10.1590/0104-07072016002530015>
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Santos, W. J. dos, Oliveira, P. P. de, Viegas, S. M. da F., Ramos, T. M., Policarpo, A. G., & Silveira, E. A. A. da. (2018). Violência doméstica contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo: representações sociais de profissionais da atenção primária à saúde. *Revista online de Pesquisa: Cuidado é Fundamental*, 10(3), 770-777. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i3.770-777>
- Silva, C. D., Gomes, V. L. de O., Oliveira, D. C. de, Marques, S. C., Fonseca, A. D. da, & Martins, S. da R. (2015). Representação social da violência doméstica contra a mulher entre Técnicos de Enfermagem e Agentes Comunitários. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 49(1), 22–29. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420150000100003>
- Souza, T. M. C., & Sabini, K. (2015). Mas o que é o amor? Representações sociais em mulheres em contexto de violência doméstica. *Perspectivas em Psicologia*, 19(1), 162–178. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/30542>
- Souza, T. M. C., & Rezende, F. F. (2018). Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 9(2), 21-38. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v9n2/a03.pdf>
- Varela, S. T., Oliveira, N. A. de O., Freire, J. N. N., Ferreira, P. A. S. A. R., Santos, S. O., Díaz-Bermudez, X. P. D.-B., & Shimizu, H. E. (2012). Representações sociais acerca da violência doméstica das mulheres moradoras do da comunidade do Paranoá/Itapoã de Brasília-DF. *Tempus*

Dados sobre as autoras:

- *Maria Luiza Leal Pacheco*: Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGP/UFSM, na linha de pesquisa: Problemáticas de saúde e contextos institucionais. Integrante do Grupo de Pesquisa VIDAS (UFSM). Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde (SOBRESP), Santa Maria, RS. Psicóloga (UFN/2006) e Mestra em Psicologia (PUCRS/2011). Especialista em Atendimento Clínico ênfase em Psicanálise (UFRGS/2008). Foi psicóloga da Prefeitura Municipal de Santa Maria, RS - Acolhe Saúde e atuou como docente em outras IES no RS e no Pará. Psicóloga clínica orientação psicanalítica.
- *Adriane Rubio Roso*: Professora Associada (Dedicação Exclusiva) na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (Graduação/Mestrado). Realizou Pós-doutorado na Harvard University, Departamento de Psicologia, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É pós-doutora em Comunicação (UFSM). Doutora em Psicologia (PUCRS), com doutorado sanduíche na Columbia University (bolsa da Fulbright). Mestre em Psicologia Social e da Personalidade (PUCRS). Especialista em Saúde Pública (UFRGS/FIOCRUZ/ ESP/RS) e em Gestão em Saúde (UFRGS). Certificada em Aconselhamento em Álcool/Drogas (University of California - UCLA). Graduada em Psicologia (UNISINOS). Coordena o "VIDAS - Núcleo de pesquisa, ensino e extensão em Psicologia Clínica e Social" (UFSM) e Lidera o Grupo de Pesquisa "Saúde, Minorias Sociais e Comunicação". Membro Efetivo do Grupo de Trabalho 66 "Representações Sociais" da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) e vice-coordenadora do GT (2015-2016). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 (2015-2018). Áreas de Pesquisa: psicologia social, relações intergrupais, psicologia e política, saúde coletiva, estudos de gênero e comunicação social. Temas de interesse: relações de poder, minorias sociais, racismo, violência, direitos sexuais/reprodutivos, (ciber)mídia, consumo de drogas. Perspectivas Reflexivas: Psicologia Social Crítica, Sociologia\Antropologia Críticas, Estudos Críticos da Mídia e Feminismo. Teorias: Teoria das Representações Sociais e Psicanálise.
- *Janine Gudolle de Souza*: Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/2018). Mestra e Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGP/UFSM, na linha de pesquisa: Problemáticas de saúde e contextos institucionais. Integrante do VIDAS - Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Psicologia Clínica - Social (UFSM). Atua como psicóloga no Projeto Redes de Aprendizagem da Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED/UFSM) e no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine - RS.
- *Ana Flavia Souza*: Psicóloga, graduada em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Câmpus de Frederico Westphalen- RS (2020). Mestranda em Psicologia no Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGP- UFSM) na linha de pesquisa "Problemáticas de saúde e contextos institucionais"; bolsista Capes; integrante do Núcleo de Pesquisa Ensino e Extensão em Psicologia Clínica - Social/VIDAS (UFSM).

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
